----------ATA Nº. 22----------

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 17 DE AGOSTO DE 2020: Aos dezassete dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, reuniu pelas dezoito horas, em sessão extraordinária, na Escola Profissional Vasconcellos Lebre, a Assembleia Municipal, cuja Mesa foi constituída pela Senhora Presidente da Mesa, Daniela de Melo Esteves e pelos 1.º e 2º Secretários, a Senhora Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, em substituição de Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, e Ana Paula Ribeiro Coelho, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: Período Destinado à Intervenção do Público e Período da Ordem do Dia: ----------

- Concordância entre a Linha da Beira Alta e a Linha do Norte – Pedido de Emissão de Declaração de Interesse Municipal. ----------

Uma vez declarada aberta a sessão, pela Senhora Presidente da Mesa, a 1.ª Secretária da Mesa, Senhora Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, procedeu à chamada dos membros da Assembleia Municipal. ----------

Os Senhores Deputados Municipais, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Susana Catarina Simões de Almeida, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Nuno Manuel Gouveia Alegre, Ana Luzia Quintela Santos Cruz, Jorge Manuel Ferreira Rama, Isabel Dias Santiago, Rodrigo Manuel Gomes Breda e o Presidente da Junta de Freguesia de Casal Comba, solicitaram a sua substituição, o que veio a verificar-se por Paula Regina Tarrafa dos Santos Ramalho, Ruben Batista Fernandes, Gonçalo Fernando Gonçalves de Melo Lopes, Cristiana raquel Alves Duarte, Ana Lúcia Duarte Mendes e Manuel Lindo Cardoso, Tesoureiro da Junta de Freguesia de Casal Comba. Os Senhores Deputados Municipais, Isabel Maria Santos Luzeiro e Rui Dinis de Melo Martins, não compareceram na sessão, por motivos justificados. Os Senhores Deputados Municipais, Nuno Gonçalo Freitas dos Santos e Paula Cristina C.P. Machado Pinto, não estiveram presentes. ----------

Estiveram ainda presentes, os Senhores Presidente da Câmara Municipal, Rui Manuel Leal Marqueiro, Vice-Presidente, Guilherme José Campos Duarte e Vereadores, Hugo André Afonso Alves e Silva, Adérito de Almeida Duarte, em substituição de Sara Isabel Marques Ferreira, Arminda de Oliveira Martins, Sónia Cristina Branquinho de Almeida e Nuno Gonçalo Castela Canilho Gomes. ----------

Seguidamente a Senhora Presidente da Mesa deu início ao **PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**. ----------

Seguidamente a Senhora Presidente da Mesa, perguntou se alguém do público queria intervir, tendo-se inscrito os Senhores Mário Rui A. Cunha, Maria Leonor Rodrigues Gaspar, António Gaspar, Isabel Dias Santiago, Marlene Isabel Duarte Lopes, Sílvio Pleno Reis, Luís Miguel Batista Santos Capela, António da Fonseca Costa, Sérgio Paulo da Silva Maçarico Gonçalves, Armando Madeira Bonifácio, Vítor Miguel Lindo Marques. ----------

1) O Senhor Mário Rui A. Cunha, residente em Pampilhosa, no uso da palavra, manifestou grande preocupação sobre o que se passava na Pampilhosa

relativamente aos caminhos-de-ferro, pois apesar da concordância ser uma inevitabilidade era uma oportunidade única de fazer valer um conjunto de questões, tais como, o pontão à saída da Pampilhosa, com um "S" à saída; a via inferior na linha da Beira Alta cujo passeio "morre" a meio da curva; a falta de um elevador; a plataforma da linha 2 tem uma altura não inferior a 40 cm. Acrescentou esperar que da assembleia saísse algo que pusesse fim à situação da estação da Pampilhosa (inicio: após 17 minutos; fim: após 21 minutos) ----------

2) A Senhora Maria Leonor Rodrigues Gaspar, residente no Travasso, no uso da palavra, referiu ser consensual que a obra da Concordância do troço da via-férrea entre a Linha da Beira Alta e do Norte era de interesse nacional e municipal, alegando que o País optava por não gastar dezenas de milhões de euros, nos três quilómetros da linha da concordância, para em alternativa ligar Aveiro a Viseu, numa linha totalmente nova por milhões de euros, prejudicando assim o concelho que ficaria sem aquele tráfego. Referiu não ter dúvidas que a linha de concordância não era do interesse dos munícipes e que a obra prejudicaria a população do Travasso/Travassinho que seria privada da sua zona mais fértil, perguntando como ficariam os terrenos envolventes e as casas de quem procurou paz e sossego e quais as eventuais contrapartidas, concluindo que o interesse municipal não podia estar totalmente subjugado aos interesse nacionais. (inicio: após 21 minutos; fim: após 26 minutos) ----------

3) O Senhor António Gaspar, residente no Travasso, no uso da palavra perguntou o que acontecerá se na sessão extraordinária da Assembleia Municipal não for emitida a certidão de interesse público a uma obra que foi adjudicada na semana passada, sem ter sido feita a consulta pública. Referiu que a Agência do Ambiente disse que a população estava de acordo o que era mentira, acrescentou que gostaria de saber sobre o impacto ambiental e quais as contrapartidas para o Travasso. Concluiu não ser contra a linha da concordância mas esperava que a Assembleia não aprovasse o certificado sem ser apresentado publicamente o projeto, os custos e as medidas de proteção. (inicio: após 27 minutos; fim: após 32 minutos) ----------

4) A Senhora Isabel Dias Santiago, residente na Pampilhosa, no uso da palavra, afirmou que o assunto levado à Assembleia não tinha sido divulgado, nem discutido, nem negociado, ou se foi, foi nas sombras sem que a população do Município em geral, da Pampilhosa e Vacariça, Travasso em particular, tivesse sido consultada. Referiu ainda estar presente na sessão como Munícipe, e não, como membro da Assembleia Municipal, por considerar incompatível com a sua qualidade de proprietária de um terreno agrícola a ser trespassado. A avaliação do impacto ambiental não era conhecida, nem o impacto sobre o futuro apeadeiro, afirmando que primeiro se aprovava o interesse Municipal e só depois se negociava o interesse dos Munícipes, acrescentando que na Assembleia se iria votar sem conhecimento de causa e sem que os Munícipes tivessem informação, apelando ao adiamento da votação. (inicio: após 32 minutos; fim: após 34 minutos) ----------

5) A Senhora Marlene Isabel Duarte Lopes, residente na Pampilhosa, no uso da palavra, referiu que na sua freguesia se mantinha o desrespeito dos utilizadores da

ferrovia, pois o acesso aos comboios era difícil para os mais idosos e as pessoas de mobilidade reduzida. Viviam há décadas com a promessa de intervenção na estação e viviam separados do Canedo, com a incerteza de projetos pessoais e empresariais pela rigidez e falta de resposta da Infraestruturas de Portugal. Entende que é aos políticos locais que cabia fazer ouvir a voz e os anseios das suas populações, mas parecia-lhe que as pessoas e as indústrias da Pampilhosa não tinham sido ouvidas, perguntando até quando iriam permitir que tudo desaparecesse na Pampilhosa como se não importasse a ninguém. (inicio: após 35 minutos; fim: após 37 minutos) --------

6) O Senhor Sílvio Pleno Reis, residente no Travasso, no uso da palavra, perguntou quais seriam as contrapartidas dos que iriam ser afetados. Afirmou nunca ter havido força, nem interesse em alterar o Plano Diretor Municipal, pois no sítio onde mora, Cova do Vale, desde 1980, que ninguém podia construir porque eram terrenos protegidos e agora poderia passar a obra do caminho de ferro (inicio: após 37 minutos; fim: após 39 minutos) ----------

7) O Senhor Luís Miguel Batista Santos Capela, residente no Travasso, no uso da palavra, perguntou porque é que tinha sido alterado o projeto apresentado há três anos. Afirmou que no seu terreno existiam uns furos de água e aquando das perfurações para fazer a estacaria da linha, os furos ficaram com areia e danificados, pelo que gostaria de saber quem iria pagar o prejuízo, e ainda, que tinha para o local um investimento de cerca de trezentos mil euros que iria ser cortado com o novo traçado, em três sítios, querendo saber quem iria pagar as prestações ao banco das despesas que fez (inicio: após 39 minutos; fim: após 42 minutos) ----------

8) O Senhor António da Fonseca Costa, residente na Pampilhosa, no uso da palavra, afirmou desconhecer o projeto da dita concordância das Linhas do Norte com a Beira Alta, desconhecendo quais as áreas de reserva agrícola e de reserva ecológica. A máquina a vapor continuava escondida, e sendo um bem público da Pampilhosa, devia ser aproveitada a oportunidade para exigir a reposição da verdade histórica daquela terra. A Pampilhosa está dividida com o Canedo e parte do aglomerado urbano da Pampilhosa do lado Poente e o restante do lado Nascente e seria importante aproveitar a oportunidade para ser feita uma passagem, que poderia ser superior aproveitando a rua anexa à Fábrica das Cerâmicas. (inicio: após 42 minutos; fim: após 47 minutos) ----------

9) O Senhor Sérgio Paulo da Silva Maçarico Gonçalves, residente no Travasso, no uso da palavra, afirmou o seu espanto por a Agência Portuguesa do Ambiente ter referido não haver impactos negativos no projeto, quando estava em causa um prazo de execução de oitocentos e dez dias, o que significava que as pessoas iriam conviver com a obra durante dois anos. Referiu que se falava num viaduto de nove metros até catorze metros de altura e num cruzamento de comboios de novecentos e cinquenta metros, perguntando qual o impacto de um cruzamento de comboios daquele tamanho e aquela altura e quais as medidas para a minimização do mesmo e as contrapartidas para a feira do Travasso (inicio: após 47 minutos; fim: após 50 minutos) ----------

10) Interveio o Senhor Armando Madeira Bonifácio, residente na Pampilhosa, e no uso da palavra, chamou a atenção para a sinalização existente no parque de estacionamento dos táxis, junto ao talho, tendo já várias vezes solicitado a mudança do local onde estão colocados os sinais. Referiu ainda não compreender a existência duma lomba na Rua de Santa Marinha, uma estrada de sentido único, devendo a mesma desaparecer do local. (inicio: após 51 minutos; fim: após 54 minutos) ---------
11) O Senhor Vitor Miguel Lindo Marques, residente em Pampilhosa, no uso da palavra, perguntou se era possível disponibilizar, publicamente, o projeto sobre a concordância da Linha do Norte com a Linha da Beira Alta. Tendo o processo começado em 2015 e o Governo lançado a concurso um estudo de impacto ambiental para a concordância da Linha do Norte com a Linha da Beira Alta, para o layout da Pampilhosa e ligação à plataforma rodoferroviária da Pampilhosa, perguntou o que foi acordado com o Governo para que não se perdesse a adequação do layout da Pampilhosa e a plataforma rodoferroviária. (inicio: após 55 minutos; fim: após 56 minutos) ----------
Seguidamente a Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que referiu que as intervenções anteriores quase o convenceram que a obra seria levada a cabo pelo Município, tendo sido colocadas questões para as quais não tinha resposta, uma vez que a obra era nacional e levada a cabo pelas Infraestruturas de Portugal. Informou que a Câmara esteve reunida com a IP em Lisboa quando comunicaram que iria ser feita a obra da concordância da Linha do Norte com a Linha da Beira Alta, tendo a Câmara desafiado para que fizessem uma reunião na Pampilhosa, o que foi feito, e foi muito concorrida na assistência. Afirmou que o estudo de impacto ambiental, a planta das expropriações e todo o processo não tem nada a ver com a Câmara. Quanto à alteração de traçados, o que conhecia era um primeiro, onde duas ou três casas teriam que ser demolidas e daí a IP ter sido chamada à atenção e alterado. Houve um Governo da República que determinou que para as obras de índole nacional seria necessário o pronunciamento dos Municípios, do mesmo modo a IP pediu à Câmara a declaração de interesse municipal para a obra da concordância. Acrescentou que na realização de obras públicas os problemas acontecem porque interferem com a propriedade privada, podendo sempre os cidadãos recorrer à via judicial, e no caso presente, se tal não suceder, parece-lhe que o IP avançará com a obra, com ou sem a declaração de interesse municipal, pois o Governo tem um empenhamento de milhões de euros, que provavelmente estará financiada com fundo comunitários. Esclareceu ainda que relativamente à estação da Pampilhosa, se realizaram imensas reuniões com a IP, tentando o Município uma remodelação na baixa da Pampilhosa, onde teve que negociar com a IP, em dois mil e dezassete, e foi feita a promessa que as obras arrancariam em dois mil e vinte um, mas a última informação do gabinete do Senhor Ministro Nuno Santos é que seria em dois mil e vinte e três. (inicio: após 58 minutos; fim: após 1 hora e 14 minutos) ----------

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa iniciou o **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** ----------

- CONCORDÂNCIA ENTRE A LINHA DA BEIRA ALTA E A LINHA DO NORTE – PEDIDO DE EMISSÃO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL: ----------

A Senhora Presidente da Mesa, perguntou se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra os Senhores Deputados Municipais, Luís Brandão, Gonçalo Lopes, Paula Ramalho, João Louceiro e os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Pampilhosa e Vacariça. ----------

1) O Senhor Deputado Municipal, Luís Brandão, no uso da palavra, leu uma proposta, que a seguir se transcreve: ----------

"Neste últimos dias percebemos que o projeto "Concordância entre a Linha da Beira Alta e a Linha do Norte" avançou à revelia da generalidade da população e sem qualquer compensação alcançada para o Município.

Não se conhece nenhuma compensação para o município. E existem tantas necessidades relacionadas com a ferrovia. Diversas soluções poderiam ser negociadas, com o governo e outras entidades do estado, em prol da melhoria das estruturas existentes no município de Mealhada. ----------

Também, não se verificou um real processo de discussão pública. ----------

No documento recebido da reunião de Câmara, é referido que este projeto, em alternativa a outro, foi "aceite pela população". Questionamos qual o método para obter essa aceitação, porque não se verificou discussão pública. Relembramos que num passado recente, a entidade promotora da obra prometeu a realização de uma discussão pública, a qual permitiria que os munícipes se inteirassem do projeto. ---

Nem um verdadeiro estudo de impacto ambiental se realizou, apesar de o estado ter pago quase 800 mil euros pelo mesmo, porque legalmente o mesmo não era obrigatório. ----------

Sem um verdadeiro estudo ambiental, não se pode garantir quais os verdadeiros impactos para as Pessoas, a fauna e a flora. ----------

Neste contexto, ou seja, sem compensações negociadas para o Município, sem a população ter sido esclarecida e os seus direitos claramente defendidos, a coligação Juntos pelo Concelho de Mealhada propõem o adiamento da votação deste ponto. - Mealhada, 17 de Agosto de 2020. ----------

P'lo Juntos pelo Concelho de Mealhada". (inicio: após 1 hora e 18 minutos; fim: após 1 hora e 21 minutos) ----------

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que esclareceu que consulta pública não significa ser feita uma reunião alargada a muita gente, mas sim, ser publicado um documento que fica em consulta pública. Se o Governo fez ou não consulta pública e o estudo do impacto ambiental, poderá ser apurado bem como se foi feito, também poderá ser apurado, tendo algumas dúvidas sobre o que foi dito, uma vez que a obra era financiada e sem esses estudos, Bruxelas não transferia dinheiro. Quanto à questão do adiamento, o Município tem um período para se pronunciar e se não o fizer, é considerado favorável, mas o que

se procura era que os dois órgãos, o Município e Assembleia Municipal o façam. (inicio: após 1 hora e 22 minutos; fim: após 1 hora e 24 minutos) ----------
2) O Senhor Deputado Municipal, Gonçalo Lopes, no uso da palavra, leu a seguinte intervenção, cuja transcrição requereu: ----------
"O Bloco de Esquerda defendeu desde sempre o investimento na rede ferroviária nacional pelo facto do transporte ferroviário ser o mais ecológico, ou seja, o que tem menor impacto ambiental. Neste projeto em concreto, reconhecemos as suas vantagens para a melhoria e modernização da Linha da Beira Alta entre a Pampilhosa e Vilar Formoso e à sua integração no Corredor Internacional Norte, previsto no Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas 2014-2020. Contudo, julgamos ser esta uma das melhores oportunidades para exigir ao poder central algumas contrapartidas, como seja um olhar muito mais atento para as fragilidades da Pampilhosa. Há muito que reivindicamos, por exemplo, a criação de uma passagem superior na estação, assim como a requalificação de toda a sua envolvente, mas a Câmara Municipal tem acusado o Ministério das Infraestruturas de não avançar com as obras que já foram prometidas e que sem essas obras não é possível fazer a devida requalificação do espaço público e revitalização da estação. Esta obra prometida há quase três anos pelo Ministério das Infraestruturas, até agora nada avançou, a obra foi arrastada e anunciada para início de 2020 e a conclusão para 2023, o que é incompreensível. ----------
O Bloco de Esquerda, em outubro de 2019 questionou o Ministério das Infraestruturas e da Habitação, fazendo as seguintes perguntas: ----------
1. Quando será, efetivamente, cumprida a promessa de criação de uma passagem superior na zona da estação da Pampilhosa? ----------
2. Qual o calendário para início e fim de obra? ----------
3. Que outras intervenções estão previstas para a requalificação desta zona? --------
4. Qual a razão para não ter avançado já com esta obra, apesar de ela ter sido prometida há 2 anos? ----------
O Bloco de Esquerda obteve, na altura, resposta do Ministro das Infraestruturas e Habitação que justificou o atraso, com a necessária intervenção na estação da Pampilhosa e com a complexidade da intervenção que visava a possibilidade de cruzamento e estacionamento de comboios de mercadorias de grande extensão, causando o menor impacto possível com a linha da Beira Alta e linha Norte, garantindo a perfeita interligação com o troço Pampilhosa- Santa Comba Dão através da concordância da Linha do Norte e da Beira Alta. Mas no final, acrescentou: " as restantes intervenções nas zonas limítrofes são da exclusiva responsabilidade da Câmara Municipal". Este passar de culpas ou de responsabilidades é o que muitas vezes atrasa os processos e as principais vítimas são sempre os munícipes. ---------
A Câmara não deve capitular perante as Infraestruturas de Portugal e o governo, e apesar de todas as salvaguardas em relação à minimização dos impactos negativos deste projeto, deve exigir a não criação de entraves como é o caso do prolongamento na rua da estação da Pampilhosa até à Passagem de Nível da CUF. É urgente também a recuperação e afixação da BA61 na Pampilhosa, a recuperação da

estação, o prolongamento da passagem superior da estação para o lado poente, acabar a recuperação da estação do Luso e pô-la ao serviço da população (alojamento acessível, um bar, etc...). É necessário reutilizar os edifícios e não deixá-los ao abandono". (inicio: após 1 hora e 25 minutos; fim: após 1 hora e 28 minutos)
3) A Senhora Deputada Municipal, Paula Ramalho, no uso da palavra, referiu que como pampilhosense era com tristeza que via a sua terra definhar, lamentando a situação difícil dos idosos que não conseguiam utilizar a estação da Pampilhosa por não poderem subir para o comboio pela distância a que se encontra a plataforma. Mesmo que se diga que a responsabilidade não era da Câmara Municipal mas da Infraestruturas de Portugal, gostava de saber que medidas tomou o executivo e que negociações foram feitas para tentar resolver no sentido de melhorar a vida dessas pessoas. Relativamente à Declaração de Interesse Municipal da concordância da Linha do Norte e a Linha da Beira Alta, afirmou que a Coligação Juntos pelo Concelho da Mealhada, tinha apresentado um caderno reivindicativo para obter garantias, devendo o debate ser aberto e adiada a decisão. (inicio: após 1 hora e 28 minutos; fim: após 1 hora e 33 minutos) ----------
O Senhor Presidente da Câmara pediu a palavra, referindo que a Pampilhosa teve a felicidade de ter um Presidente de Câmara, nado e criado na Pampilhosa e que durante catorze anos, esse Senhor Presidente, ilustre Pampilhosense, não conseguiu nada daquilo que queria e queria muito resolver vários assuntos na Pampilhosa. Sentia-se cada vez mais cético relativamente ao sonho de ser feita uma plataforma rodoferroviária porque o IP tem boicotado tal possibilidade e ajudava a plataforma rodoferroviária existente em Soure, com a colaboração de Municípios vizinhos, atraídos com o projeto Centrologis e que falhou. Concluiu que as referidas questões são sempre difíceis. Se as obras na estação da Pampilhosa fossem da responsabilidade do Município, a situação já poderia estar resolvida, lamentando que as pessoas idosas não pudessem apanhar o comboio. Acrescentou que aquilo que era estritamente municipal e que a Câmara tinha tentado trabalhar com o IP seria lançado na última semana de agosto. Acrescentou que assim como nalguns sítios se optou por uma solução mista nos correios, lamentava que o mesmo não tivesse acontecido na Pampilhosa, mas talvez ainda se chegasse a tempo de conseguir uma solução mista que servisse melhor os munícipes quanto à agência bancária, afirmando que existiria uma na Pampilhosa. (inicio: após 1 hora e 33 minutos; fim: após 1 hora e 39 minutos) ----------
4) O Senhor Deputado Municipal, João Louceiro, usou da palavra e no uso da mesma, leu a seguinte intervenção, cuja transcrição requereu: ----------
"O PCP é defensor empenhado da importância dos investimentos na ferrovia, uma área essencial para o país! ----------
O PCP tem sido uma voz destacada na afirmação dessa necessidade e na denúncia dos maus tratos que o transporte ferroviário e as atividades conexas vêm sofrendo, há décadas, com políticas, decisões e omissões que são contrárias ao interesse nacional. ----------

O PCP tem sido coerente e persistente na apresentação de alternativas e de propostas que serviriam o interesse do povo português, também nesta área estrutural do transporte ferroviários. ----------

O PCP não tem duas caras: não aparece a defender a nível municipal o que, por hipótese, toleraria ver destruir com opções e políticas gerais. ----------

Degradação e abandono deliberados são danos profundos que atingem os caminhos de ferro e o transporte ferroviário em Portugal, o que torna investimentos anunciados necessários mas insuficientes para os problemas que se agigantaram. ----------

Para chegar aqui, houve gestão danosa e reestruturações para privatizar; atrasos e adiamentos consecutivos; usufruto privado de infraestruturas e recursos públicos; PPP e externalização de serviços com elevados prejuízos para Portugal e os Portugueses; desbaratamento de capacidade e saber profissional de milhares de trabalhadores ligados à ferrovia; e também, para tudo e mais alguma coisa, a castradora subjugação às prioridades e fundos da União Europeia, ou melhor, das economias que nela decidem. ----------

Para citar apenas alguns dos resultados das políticas que temos tido nesta área – cujos responsáveis, os presentes não terão dificuldade em identificar –, lembramos que, em Portugal e em poucos anos, perderam-se 1200 km de caminho de ferro, 20 mil postos de trabalho, fábricas e oficinas foram encerradas, a CP, grande empresa nacional, foi desmembrada, durante anos e anos não foi comprado um único comboio, mesmo com os atuais já em fim de vida... Estes resultados de opções políticas são também aquilo de que alguns, hoje, dizem queixar-se, afligindo-os no plano local o que, pelos vistos, lhes foi e é invisível ou indiferente no plano nacional. É por isso que vemos com desconfiança a declaração de voto das senhoras vereadoras da coligação integrada e promovida pelo PSD no nosso concelho, declaração que consta da minuta enviada pela câmara: acusam anos de abandono de investimento na ferrovia, efeitos de décadas de espera, de desmoronamento, de abandono e inversão de prioridades, de promessas incumpridas, usam o definhamento da estação da Pampilhosa, tornada mero ponto de passagem, ou protestam o definhamento da ferrovia no nosso concelho que é, afinal e em grande medida, mais uma expressão local do definhamento paulatinamente imposto a nível nacional. ----------

São gritos justos, mas também de fraca coerência, por parte de quem acompanha e, até prova em contrário, se identifica com um dos partidos que, em governos e na Assembleia da República, mais contribuiu para tal estado de coisas. Falamos do PSD, mas, consabidamente, no desenvolvimento de tais políticas, o PS não tem querido ficar atrás da direita e o seu papel não foi menos negativo em relação à ferrovia... ----------

Apenas para ilustrar, lembramos o infame processo de encerramento da linha entre a Pampilhosa e a Figueira da Foz. O encerramento – que, reafirmamos, não é irreversível e cuja devolução e modernização seriam de inquestionável interesse nacional, regional e até municipal – tem como responsáveis principais o Partido Socialista e o Partido Social-Democrata. E não há como fazer de conta que não! ----

Posto isto, como é sabido, e perdoe-se a redundância, o PCP está de acordo com o projeto de concordância entre a Linha do Norte e a Linha da Beira Alta. Surge como um projeto adequado ao desenvolvimento da rede nacional ferroviária, permitindo o aproveitamento virtuoso da Linha da Beira Alta. O projeto muito mais vasto em que se insere o troço da concordância só peca por significativo atraso. Há um evidente interesse nacional no projeto em que se insere o que aqui discutimos. ----------

Entendemos, até, que esta seria uma boa altura para voltar a trazer à liça a questão da reabertura e valorização do chamado Ramal da Figueira da Foz. ----------

Bom, mas do que se trata, hoje, é da apreciação pedida pela maioria do PS no executivo de uma declaração de interesse municipal. É sobre isto que a assembleia se irá pronunciar em mais uma sessão extraordinária. ----------

Primeiro, temos dúvidas sobre o enquadramento jurídico-legal deste tipo de declaração e, mesmo, sobre a sua natureza e possíveis efeitos, tendo até em conta que a obra já se encontra adjudicada. São questões sobre as quais gostaríamos de obter mais explicações, considerando insuficientes as dadas na minuta aprovada pela maioria do PS na câmara. ----------

Não contestando a relevância da obra para, como conclui a minuta, "o melhoramento da exploração da Rede Ferroviária Nacional, evitando as atuais manobras de reversão na Estação da Pampilhosa", e não pondo de parte que de uma fração desses ganhos, porventura infinitesimal, algum escasso proveito indireto possa advir para o concelho e a sua população, ficam muitas dúvidas sobre os concretos e relevantes benefícios que justificariam a emissão de uma "declaração de interesse municipal". A minuta enviada pela câmara não chega para fazer luz sobre isto. ------

Quais terão sido as contrapartidas ou benefícios demandados ou negociados pela câmara, algo que também temos fortes dúvidas que tenha sucedido? Ou não houve, da câmara e do seu presidente, qualquer iniciativa nesse sentido?!. É que, para além dos transtornos inevitáveis e prejuízos que não são, de todo, desprezíveis com a implantação da infraestrutura, alienação de solos da RAN e parcelas da REN, interferências, quiçá talvez pouco danosas mas reais, com linhas de água, barreiras físicas em terrenos e territórios de freguesias, ruído e perturbação, não antevemos muito mais do que comboios – grandes e muito grandes – a passar pelo concelho…

Se o que se pretende aqui é um ponto de vista mais estritamente municipal, que é o que parece subjazer à emissão da declaração de interesse municipal, então isto deveria surgir densificado em contrapartidas já garantidas, repetimos "garantidas", coisa que não vislumbramos. ----------

Basta pensar numa mão cheia de assuntos pendentes, alguns deles por inépcia e desinteresse da administração da IP, SA. Questões como, por exemplo, as relativas a pareceres e decisões que têm atrasado projetos e obras de reabilitação na Pampilhosa, como a recuperação e modernização da estação, como as de problemas de acesso e de passagens para peões… Para não falar na progressiva desvalorização dos serviços ferroviários no nosso concelho ou, até, as questões da locomotiva BA-61 e da desejada preservação também de outro património que ainda pode testemunhar a nossa história ferroviária, assuntos em que a IP pode ter uma

palavra e um papel importantes ou decisivos. A saber, ainda, as garantias existentes de soluções que sirvam bem as populações no que toca à permeabilidade das barreiras arquitetónicas que vão ser criadas e dos acessos a terrenos e a outras áreas das freguesias. ----------

... Para não voltar a falar na oportunidade de, com a determinação que, desde 2009, esteve arredada da câmara e das suas lideranças PS (consolidando-se nos completos conformismo e desinteresse do atual presidente), pôr o concelho e a autarquia, novamente, a falar e a reivindicar a reabertura da linha Pampilhosa-Figueira, garantindo, desde logo, que o assunto não é trancado nas alfurjas do esquecimento ou de uma prometida ciclovia! ----------

Aguardando mais esclarecimentos ainda nesta sessão que, notoriamente, não caraterizam a minuta que a câmara aprovou, o PCP, por razões anteriormente expostas, não se oporá a emissão da declaração de interesse municipal, o que faz sem hipocrisias e continuando a defender de forma séria, no concelho da Mealhada, na região e para todo o país, o setor ferroviário, instrumento fundamental para o desenvolvimento de Portugal e para melhorar a qualidade de vida dos Portugueses".
(inicio: após 1 hora e 40 minutos; fim: após 1 hora e 50 minutos) ----------

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que afirmou que só teve a oportunidade de estar com elementos da IP sobre a questão da concordância duas vezes e o que mais o incomodou em todo o processo da ferrovia foi a falta das obras na estação da Pampilhosa, tendo alertado várias vezes para esse facto e sempre disseram que iriam fazer, sendo certo que até ao momento, nada foi feito. O Município tem cerca de vinte mil habitantes e eles estão preocupados com as áreas que têm duzentos mil, trezentos, quatrocentos mil, dois milhões. Tal como o Senhor João Louceiro disse, a valorização da Linha da Beira Alta é de interesse nacional e também estava convencido disso, razão por que votou a favor da declaração de interesse, na Câmara Municipal. Considerava que algumas propostas apresentadas pelos "Juntos pelo Concelho da Mealhada" eram boas porque correspondiam a coisas possíveis de reivindicar junto do IP num processo negocial, mas nunca impondo como condição para haver declaração de interesse municipal porque a obra já foi adjudicada, indo em frente. (inicio: após 1 hora e 50 minutos; fim: após 1 hora e 57 minutos) ----------

5) A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Pampilhosa, no uso da palavra referiu que o assunto em discussão não dizia apenas respeito a duas ou três freguesias por onde passa o tráfego ferroviário, uma vez que servirá de ligação e desenvolvimento para toda a região. Lembrou que em Junho de 2017, aquando da consignação da empreitada para a estabilização dos taludes da Linha da Beira Alta, já o então o Ministro das Infraestruturas, Pedro Marques, garantia a concordância da Linha da Beira Alta com a Linha do Norte, na Pampilhosa, por se tratar de uma linha vital para o transporte de mercadorias e utilizada diariamente por cerca de dez comboios de mercadorias, por dia e dezoito de passageiros. Nessa mesma cerimónia, o Senhor Vice-Presidente da IP, Dr. Carlos Fernandes, afirmou: "*para além das modificações da linha, a concordância feita entre a Linha do Norte e a Linha*

da Beira Alta que se dá na estação da Pampilhosa e que sofrerá alterações, obras. Os objetivos são criar uma ligação direta entre a Linha da Beira Alta e a do Norte, para o tráfego que vem do Norte, a renovação das linhas, da estação da Pampilhosa, permitindo a circulação, cruzamento e resguardo dos comboios maiores, a instalação de sinalização eletrónica e telecomunicações e a remodelação da estação incluindo o alteamento e prolongamento de plataformas, a instalação de iluminação, construção de abrigos de passageiros e ainda a supressão de atravessamentos, ou seja fazer passagens aéreas". Disse ainda que *"o troço Pampilhosa/Guarda tem a sua fase de projetos técnicos e de impacto ambiental, no início de 2017 até ao final de 2018, a contratação do empreiteiro decorrerá já em 2019 e a obra estará terminada em 2021, o mesmo se passa com a modernização da Pampilhosa".* Sublinhou o facto de chegados a agosto de 2020, e apesar da obra ser necessária e urgente, nada do que foi dito ter sido feito. Entendia que o executivo camarário deveria transmitir a quem de direito as preocupações, e se possível, pressionasse os responsáveis para o cumprimento das necessidades e contrapartidas afetas aos trabalhos desta concordância e que os autarcas da freguesia deveriam estar informados sobre os procedimentos a ocorrer. Afirmou ainda que teria que se contar com a preservação do património, em especial a BA 61. (inicio: após 1 hora e 57 minutos; fim: após 2 horas e 01 minuto) ----------

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que afirmou não ter muito mais a acrescentar, concordando com a Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Pampilhosa e lamentando o incumprimento das promessas feitas. Acrescentou que tem falado do assunto ao mais alto nível, com o Ministro, com Secretários de Estado. com Adjuntos, sendo o assunto que mais falou com membros do Governo e o resultado foi nenhum, o que lamentava profundamente, desconhecendo se 2023 seria o ano em que as coisas iriam acontecer, pois Portugal atravessava uma crise financeira. (inicio: após 2 horas e 01 minuto; fim: após 2 horas e 04 minutos) ----------

6) O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Vacariça, no uso da palavra, manifestou a sua solidariedade para com a população do Travasso, e no geral para com toda a freguesia tendo ficado bastante preocupado com a zona envolvente à feira, com o lago e das casas confinantes à linha. Afirmou ter estado, há cerca de dois anos, numa reunião com duas técnicas da IP, tendo sido solicitada uma listagem de compensações sobre o que iria interferir com a feira, com o lago e sua zona envolvente, com a indicação que aquando a apresentação do projeto seriam chamados, o que não aconteceu. Acha difícil impedir e concorda com uma obra do género mas entende que a população, as juntas de freguesia e o Município deveriam ter sido ouvidos, sentindo-se ignorante relativamente ao processo, acreditando que o Senhor Presidente da Câmara que não tinha conhecimento de nada mais, pois se assim fosse, as juntas de freguesia teriam sido informadas. (inicio: após 2 horas e 04 minutos; fim: após 2 horas e 09 minutos) ----------

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que referiu que nos documentos rececionados se visualizava um pequeno traçado, sem

pormenor. Sugeriu que fosse tentada uma entrevista com o Vice-Presidente da IP no sentido de serem esclarecidos alguns dos assuntos mais importantes levantados na sessão para poderem ser esclarecidos pelo Vice-Presidente da IP, convidando para essa reunião os Senhores Presidentes da Juntas de Freguesia da Pampilhosa e Vacariça, e a participação da Senhora Vereadora Arminda Martins para poderem colocar os problemas, pelo menos, os mais prementes e após a reunião, deveria ser agendada nova assembleia para informação do que se conseguiu nessa reunião. Acrescentou que não seria por alguns dias que não se pudesse adiar a discussão do assunto, permitindo mais duas ou três respostas positivas, e no caso do Senhor Vice-Presidente da IP se negasse a receber, seria enviada uma declaração de interesse negativa. Concluiu que as questões a colocar seriam essencialmente, a estação da Pampilhosa, o espaço da feira e questionar o que poderia ser feito para o traçado não ser tão agressivo para algumas das casas. (inicio: após 2 horas e 09 minutos; fim: após 2 horas e 14 minutos) ----------

7) O Senhor Deputado Municipal, Luís Brandão, no uso da palavra, leu a seguinte intervenção, cuja transcrição requereu: ----------

"Há quase 14 meses o executivo socialista da Câmara Municipal de Mealhada recebeu um pedido para diligenciar com vista à emissão da Declaração de Interesse Municipal pela Assembleia Municipal, relativamente ao projeto da Concordância entre Linha da Beira Alta e Linha do Norte. ----------

E, pelo que constatamos, as diligências do executivo municipal foram nenhumas, parece que escondeu este processo da Assembleia Municipal até uma data posterior à adjudicação da obra. ----------

Sim! ----------

A obra da concordância já foi adjudicada, mesmo sem ter sido deliberado pela Assembleia Municipal o Interesse Municipal. Não podemos esquecer que, se o nosso voto for negativo, não há obra! ----------

Esconder e esperar pela última hora, para apresentar isto à Assembleia Municipal não é a atitude mais correta. Consideramos que o executivo deveria ter envolvido a Assembleia Municipal neste processo há mais tempo, porque somos nós que damos a última palavra. E estamos aqui sempre disponíveis para colaborar de forma construtiva e em busca do melhor para os nossos munícipes. ----------

Não estamos aqui apenas para votar: Um Sim, porque sim; ou, um Não, porque não! Nem só os membros da Assembleia Municipal estiveram arredados desta discussão, também a população em geral não teve oportunidade de se pronunciar sobre este assunto, visto não se ter conhecimento de qualquer período de discussão pública. - Nem um digno parecer da Agência Portuguesa do Ambiente existe para que possamos estar descansados sobre os verdadeiros impactos ambientais da obra. -- As linhas de caminho-de-ferro caracterizam o nosso município. Quase todas as nossas freguesias são atravessadas por linhas férreas. Os nossos Munícipes e outros cidadãos de concelhos limítrofes interagem de várias formas com os equipamentos e estruturas da linha férrea. Este assunto, claramente, não pode ser

visto numa perspetiva meramente administrativa, em que o executivo tem de pedir à Assembleia Municipal que concorde com o Interesse Municipal. ----------
Consideramos que esta é uma oportunidade de ouro para recuperar e modernizar! Oportunidade para exigirmos que o governo e organismos tutelados pelo governo olhem e se comprometam com melhorias nas estruturas municipais ligadas à ferrovia. ----------
Qual não é o nosso espanto, quando percebemos que o executivo municipal não aproveitou este trunfo. Perante um projeto nacional, reivindicar melhorias, intervenções, soluções de índole municipal. ----------
Não se pretendia que o executivo municipal socialista fizesse chantagem junto do governo socialista e de instituições tuteladas pelo governo. Pretendia-se, sim, que desde Julho de 2019, numa postura proactiva (pelas Pessoas, sempre!) encetasse um conjunto de negociações com esses organismos, reivindicando compensações claras para o território municipal. Pelo que sabemos, isso não foi feito. ----------
Claro que essas compensações alcançadas têm de estar por escrito porque, como aqui é diversas vezes referido pelo Sr. Presidente de Câmara, o governo e organismos estatais muitas vezes não cumprem as promessas verbais. ----------
É claro que os organismos competentes pretendem esta solução (ou seja, construir 3,3 km de via férrea) e não uma outra que implicaria uma nova e extensa linha, que era a alternativa proposta pelos municípios de Aveiro e Viseu. Acreditamos que o Município de Mealhada tem força negocial para lutar, tendo como lema, em primeiro as Pessoas do Município de Mealhada. ----------
E estamos cientes que ainda vamos a tempo de o fazer. ----------
Votaremos contra esta declaração de Interesse Municipal, pois assim ganhamos força de negociação reivindicativa junto do governo e outros organismos do estado. Sentimos o nosso concelho abandonado, estando as freguesias à sua sorte, pelo que não podemos desperdiçar esta oportunidade para melhorar a Vida dos nossos Concidadãos". (inicio: após 2 horas e 16 minutos; fim: após 2 horas e 19 minutos) – A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que afirmou que nos momentos em que houve a oportunidade de discutir com a IP, reivindicaram em primeira mão, o que era mais importante, que era a remodelação da estação da Pampilhosa e como foi referido pela Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Pampilhosa, o Senhor Ministro afirmou o que afirmou por escrito, mas eles escrevem o que quiserem mas não cumprem o que dizem. Discorda que o Município não tenha reivindicado. (inicio: após 2 horas e 19 minutos; fim: após 2 horas e 22 minutos) ----------
Seguidamente a Senhora Presidente referiu que iriam ser feitas votações. ----------
O Senhor Deputado Municipal, João Louceiro, pediu a palavra para apresentar um pedido de esclarecimento à Mesa porque tendo percebido que o Senhor Presidente da Câmara se tinha disponibilizado para marcar uma reunião sobre o assunto em discussão, perguntava se faria sentido a assembleia fazer as votações ou se a Câmara retirava o assunto para depois ser tratado numa nova assembleia. (inicio: após 2 horas e 23 minutos; fim: após 2 horas e 24 minutos) ----------

A Senhora Presidente da Mesa questionou o Senhor Presidente da Câmara que retirou a proposta para no dia seguinte fazer o seu melhor para ser recebido, conjuntamente com os Senhores Presidentes da Juntas de Freguesia e a Senhora Vereadora, no gabinete do Senhor Vice-Presidente da IP, e posteriormente solicitaria a marcação de nova Assembleia Municipal (inicio: após 2 horas e 25 minutos; fim: após 2 horas e 25 minutos) ----------

A Senhora Presidente da Mesa referiu que se aguardaria pelas diligências, sendo posteriormente, marcada nova assembleia. ----------

--------E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, pela 20 horas e 35 minutos, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada, por mim, _____ Maria de Laçalete Mendes Ferreira e Godinho, Técnica Superior, nomeada por Despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal, para apoio administrativo à Assembleia Municipal, e pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto no n.º 2 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99,de18 de Setembro. ----------

_____